



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

**XXXVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO TRABALHO
SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

PRIMEIRA PROVA ESCRITA DISCURSIVA – 2ª etapa
09/dezembro/2012

PROVA ESCRITA DE DIREITO INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO CIVIL, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO EMPRESARIAL, DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA.

INSTRUÇÕES

- 1- Cada pergunta terá peso 1 (um).
- 2- Não há necessidade de transcrever a pergunta na folha de respostas.
- 3- Numere as respostas de acordo com as questões.
- 4- Utilize exclusivamente caneta de tinta azul ou preta indelével, de qualquer espécie, vedado o uso de líquido corretor de texto ou caneta hidrográfica fluorescente. Na hipótese de erro, o candidato **deverá utilizar a palavra “digo”**, não podendo, em qualquer circunstância, riscar o texto errado.
- 5- Não rubrique e não assine a prova. Não faça qualquer marca que possibilite identificação. A identificação da prova implicará na eliminação do candidato.
- 6- Eventual rascunho não será considerado para atribuição de nota. Caso deseje valer-se de rascunho, solicite ao fiscal de sala folhas avulsas.
- 7- Poderá haver consulta à legislação desacompanhada de anotação ou comentário, vedada a consulta a obras doutrinárias, súmulas e orientação jurisprudencial. Em nenhuma hipótese poderá o candidato valer-se de material de outrem ou de textos extraídos da Internet. A proibição abrange, inclusive, anotações com caneta marca texto.
- 8- O tempo de duração da prova será de 04 (quatro) horas e o candidato somente poderá retirar-se da sala após a primeira hora do início, podendo levar a sua folha de questões.
- 9- Não será prestado nenhum esclarecimento sobre o enunciado das questões ou sobre o modo de resolvê-las.
- 10- Será automaticamente eliminado do concurso o candidato que for encontrado, durante a realização da prova, portando telefone celular, “pager” ou qualquer outro meio eletrônico de comunicação, bem como de computador portátil, inclusive “palms” ou similares e máquina datilográfica dotada de memória, mesmo que desligados ou sem uso.
- 11- Não será permitido ao candidato fumar durante a realização da prova de acordo com a Lei Estadual nº 13.541, de 07 de maio de 2009.
- 12- Os 2 (dois) últimos candidatos, que permanecerem na sala, deverão aguardar o recolhimento da última prova para, então, deixarem juntos o local.
- 13- O candidato que quiser poderá assistir à desidentificação da prova na sala 101.

COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA

TITULARES

DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO CAROLINO - Presidente
JUIZ ANTERO ARANTES MARTINS
ADVOGADO RICARDO NACIM SAAD – (OAB)

SUPLENTE

JUÍZA MARGOTH GIACOMAZZI MARTINS
JUÍZA THEREZA CHRISTINA NAHAS
ADVOGADO OSCAR ALVES DE AZEVEDO



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

QUESTÃO 1

Após dois anos da concessão do benefício previdenciário, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) concedeu alta programada a trabalhador "A" que ainda estava sem condições de retornar ao trabalho. Tendo o trabalhador se apresentado ao empregador "B" para reassumir seu posto de trabalho, mesmo sem condições físicas para tanto, o empregador o impediu de reassumir suas funções.

Propôs o empregador "B" ação contra o INSS e contra o empregado "A", na Justiça do Trabalho, objetivando a anulação do ato administrativo de alta médica e, conseqüentemente, a declaração judicial no sentido de que está desobrigado a conceder trabalho ao empregado ainda incapacitado. Nesta peça vestibular sustentou a competência da Justiça do Trabalho na medida em que o ato atinge seu patrimônio jurídico enquanto empregador, e, nessa qualidade, tem a obrigação legal de proteger o meio ambiente de trabalho.

A União Federal apresenta defesa com preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, na medida em que a hipótese não se insere em nenhum dispositivo constitucional/legal que trate do tema, e a matéria em discussão é de ordem puramente administrativa.

O empregado "A" apresenta defesa sustentando sua ilegitimidade de parte passiva e, na própria contestação, no mérito, adere ao pedido inicial confirmando que não tem condições de retornar ao trabalho e postula ao Juiz do Trabalho que, em caso de procedência da ação, determine ao co-réu INSS o restabelecimento do benefício previdenciário.

Com estes dados, responda fundamentadamente:

- a) Agiu corretamente o empregador "B" em impedir o retorno do empregado "A" ao trabalho?
- b) A Justiça do Trabalho é competente para julgar esta ação?
- c) O empregado "A" é parte legítima para figurar no pólo passivo desta ação?
- d) É possível ao Magistrado que for julgar o feito, reconhecendo a incapacidade para o trabalho do empregado "A", determinar ao co-réu INSS o restabelecimento do benefício?

QUESTÃO 2

Relativamente ao Termo de Ajuste de Conduta firmado pelo Ministério Público do Trabalho com empresa empregadora, responda fundamentadamente:

- a) Direitos que podem ser seu objeto;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

- b) Natureza jurídica do Termo de Ajuste de Conduta e via judicial a ser utilizada pelo Ministério Público do Trabalho em caso de descumprimento deste pela empresa;
- c) Possibilidade de modificação ou revisão, por via judicial, do conteúdo do Termo de Ajuste de Conduta.

QUESTÃO 3

A trabalhadora "A" interpôs reclamação trabalhista contra a empresa "C" afirmando que foi contratada por esta empresa prestadora de serviços para trabalhar junto ao banco "B" na atividade-fim do banco. Narra que trabalhava das 8:00 às 18:00 horas com 30 minutos de intervalo de segunda a sexta-feira e das 8:00 às 12:00 horas aos sábados.

Postula em Juízo a declaração de sua condição de bancária, a aplicação das normas coletivas dos bancários (piso salarial, auxílio-alimentação e horas extras com adicional de 75%) que junta com a peça vestibular e, ainda, horas extras acima da 6ª diária e 30ª semanal com fundamento no art. 224 da CLT e, também, horas extras decorrentes do intervalo intrajornada irregularmente concedido.

Regularmente citada "C" não compareceu à audiência e foi declarada sua revelia.

Diante deste quadro, indique fundamentadamente a solução desta ação.

QUESTÃO 4

Relativamente à execução definitiva de sentença no Processo do Trabalho, responda fundamentadamente:

- a) Qual o padrão a ser seguido?
- b) Há possibilidade de penhora em conta corrente bancária integrada com conta poupança?
- c) Efeito da condenação e iniciativa acerca de respectivo título constitutivo em registro público.

QUESTÃO 5

Nos casos de suspensão do contrato de trabalho por prestação de serviço militar obrigatório e por acidente de trabalho, computam-se os períodos de afastamentos para fins de algumas obrigações econômicas do empregador. Responda, fundamentadamente, quais são elas?



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

QUESTÃO 6

A empresa "E" negociava anualmente com o sindicato "S", através de acordo coletivo, o labor no regime 12 x 36 (doze horas de trabalho para trinta e seis horas de descanso) para seus empregados.

A partir do término da vigência do acordo coletivo 2008/2009 o sindicato "S" recusou-se a firmar novo acordo coletivo com a empresa "E". Esta empresa, entretanto, continuou a praticar o regime 12 x 36 mesmo sem acordo coletivo que o amparasse.

As Convenções Coletivas de Trabalho, anteriores e posteriores, não fazem qualquer referência ao regime 12 x 36, ou seja, não autorizam e nem proíbem tal prática. Sabe-se que não há norma legal que autorize tal regime de trabalho para a categoria profissional abarcada pelo sindicato "S".

Em 2.012 o empregado "A" ajuizou reclamação trabalhista contra a empresa "E" postulando horas extras além da 8ª diária sustentando a não validade do regime 12x36 para o período posterior ao término da vigência do Acordo Coletivo de 2.008/2009.

Em defesa "E" confirma a prática do regime 12 x 36 mesmo após o término da vigência do Acordo Coletivo de Trabalho e sustenta sua validade jurídica.

Com estes dados, responda fundamentadamente qual o resultado desta ação, de acordo com a atual jurisprudência consolidada do C. Tribunal Superior do Trabalho.

QUESTÃO 7

Em execução trabalhista definitiva em andamento, os valores homologados em conta de liquidação não são quitados de uma única vez, mas, amortizados através de valores parciais resultantes de sucessivos e insuficientes numerários bloqueados em contas bancárias do executado, em diversas datas diferentes ao longo da execução.

Com estes dados, responda fundamentadamente: Para apuração do remanescente, como devem ser imputados os pagamentos parciais feitos no curso do processo?



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

QUESTÃO 8

Na hipótese de pedido de demissão, o empregado deve conceder ao empregador o aviso prévio proporcional previsto no art. 1º da Lei 12.506/2011? A lei mencionada é aplicável aos empregados rurais e domésticos?

QUESTÃO 9

O empregado "A" foi admitido em 13/10/1996 pela empresa "X LTDA", a qual através de processo de fusão de empresas com "Z S/A", constituiu a empresa "XZ S/A" em 2.003.

Tal operação societária importa na comunhão das unidades de produção e, por consequência, na transferência de trabalhadores das empresas originárias para a nova empresa. "A" passa a trabalhar no mesmo setor que "B", admitido originalmente na empresa "Z S/A" em 1.995, sendo que ambos exercem as mesmas funções de empacotadores desde quando cada qual foi admitido.

Todavia, "B" possui salário base 50% (cinquenta por cento) maior do que "A", desde sua admissão na empresa "Z S/A".

Analise os efeitos da operação societária ocorrida no que tange às cláusulas salariais dos trabalhadores "A" e "B" à luz do art. 461 da CLT.

QUESTÃO 10

Sindicato de Classe ingressa com ação coletiva em face de Município "X" pleiteando que seja vedado ao réu a contratação de qualquer trabalhador por intermédio de empresa interposta (obrigação de não fazer). Pede ainda, que todos os contratos mantidos com os trabalhadores por meio de tais empresas sejam declarados nulos e reconhecido o vínculo de emprego direto com a administração municipal.

Com estes dados, responda fundamentadamente:

- a) Tem o Sindicato legitimidade para propor tal ação?
- b) Sabendo-se que o trabalhador "Y" ingressou com ação individual pleiteando a nulidade do contrato de trabalho mantido com o Município por intermédio de empresa interposta e consequente declaração de vínculo de emprego com a administração pública, há litispendência e coisa julgada?